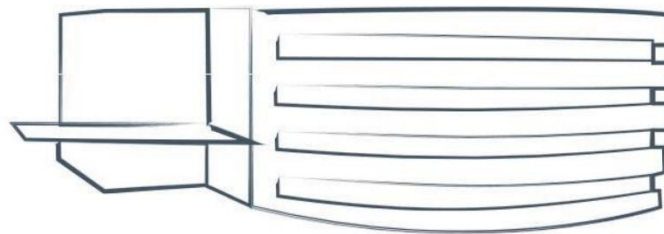


# EDITAL VERTICALIZADO

**PG-DF - ANALISTA JURÍDICO -  
DIREITO E LEGISLAÇÃO**



# PGDF

PROCURADORIA-GERAL  
DO DISTRITO FEDERAL



**A CASA DO  
SIMULADO**

# CONCURSO DE PG-DF

## CARGO: ANALISTA JURÍDICO – DIREITO E LEGISLAÇÃO

### INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:** SEM DATA (CONCURSO SUSPENSO).

**BANCA:** CEBRASPE.

**DURAÇÃO:** 4h30.

**FASES DO CONCURSO:**

1. Provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
2. Prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório;

### PROVA OBJETIVA

---

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 120 - Estilo de certo ou errado.

- 50 questões de Conhecimentos Básicos;
- 70 questões de Conhecimentos Específicos.

**PONTUAÇÃO:** 120 pontos.

### PROVA DISCURSIVA

---

*A Prova Discursiva consistirá da redação de texto dissertativo a respeito de temas relacionados a conhecimentos específicos de cada especialidade.*

*A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.*

**PONTUAÇÃO:** 40 pontos.

### LIMITE DE LINHAS

- **MÁXIMO:** 30 linhas.

### CRITÉRIO DE CORREÇÃO

*A prova discursiva será avaliada conforme os critérios a seguir:*

a) a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada a 40,00 pontos;

- b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical, tais como grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular;
- c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e(ou) que ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido;
- d) será calculada, então, a nota da prova discursiva (NPD) por meio da seguinte fórmula:  $NPD = NC - 8 \times NE \div TL$ , em que TL corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na prova;
- e) será eliminado do concurso público o candidato que obtiver NPD igual a 0,00.

#### **OBSERVAÇÕES:**

- O texto definitivo da prova discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com **caneta esferográfica de tinta preta** fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do Cebraspe devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto — o qual será gravado em áudio —, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- **A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova discursiva.** Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.
- A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da prova discursiva.
- A folha de texto definitivo não será substituída por motivo de erro do candidato em seu no preenchimento.
- Nos casos de **fuga ao tema**, ou de não haver texto, **o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.**
- Será aprovado na prova discursiva o candidato que obtiver  $NPD \geq 20,00$  pontos.
- O candidato que não se enquadrar no subitem 11.7.6 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.
- Será anulada a prova discursiva do candidato que não devolver sua folha de texto definitivo.
- O candidato que se enquadrar no subitem 11.7.7 do edital será eliminado e não terá classificação alguma no concurso.

# LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					

## CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar nº 94/1998 e suas alterações.					

## LEGISLAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Lei Orgânica do Distrito Federal.</b>					
<b>1.1 Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal.</b>					
<b>1.2 Organização do Distrito Federal.</b>					
<b>1.3 Organização Administrativa do Distrito Federal.</b>					
<b>2 Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).</b>					
<b>3 Decreto Distrital nº 37.297/2016 (Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo).</b>					
<b>4 Decreto Distrital nº 36.756/2015 e suas alterações (Sistema Eletrônico de Informações – SEI).</b>					
<b>5 Lei Complementar nº 395/2001 e suas alterações (organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal).</b>					

# DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Estado, governo e administração pública.</b>					
<b>1.1 Conceitos.</b>					
<b>1.2 Elementos.</b>					
<b>2 Direito administrativo.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Objeto.</b>					
<b>2.3 Fontes.</b>					
<b>3 Ato administrativo.</b>					
<b>3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.</b>					
<b>3.2 Extinção do ato administrativo.</b>					
<b>3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.</b>					
<b>3.3 Decadência administrativa.</b>					
<b>4 Agentes públicos do Distrito Federal.</b>					
<b>4.1 Disposições constitucionais aplicáveis.</b>					
<b>4.2 Disposições doutrinárias.</b>					
<b>4.2.1 Conceito.</b>					
<b>4.2.2 Espécies.</b>					
<b>4.2.3 Cargo, emprego e função pública.</b>					
<b>4.2.4 Provimento.</b>					
<b>4.2.5 Vacância.</b>					
<b>4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.</b>					
<b>4.2.7 Remuneração.</b>					
<b>4.2.8 Direitos e deveres.</b>					
<b>4.2.9 Responsabilidade.</b>					
<b>4.2.10 Processo administrativo disciplinar.</b>					
<b>4.3 Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e suas alterações (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais).</b>					

<b>5 Poderes da administração pública.</b>					
<b>5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.</b>					
<b>5.2 Uso e abuso do poder.</b>					
<b>6 Regime jurídicoadministrativo.</b>					
<b>6.1 Conceito.</b>					
<b>6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.</b>					
<b>7 Responsabilidade civil do Estado.</b>					
<b>7.1 Evolução histórica.</b>					
<b>7.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.</b>					
<b>7.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.</b>					
<b>7.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado.</b>					
<b>7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.5 Reparação do dano.</b>					
<b>7.6 Direito de regresso.</b>					
<b>8 Serviços públicos.</b>					
<b>8.1 Conceito.</b>					
<b>8.2 Elementos constitutivos.</b>					
<b>8.3 Formas de prestação e meios de execução.</b>					
<b>8.4 Delegação.</b>					
<b>8.4.1 Concessão, permissão e autorização.</b>					
<b>8.5 Classificação.</b>					
<b>8.6 Princípios.</b>					
<b>9 Organização administrativa.</b>					
<b>9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.</b>					
<b>9.2 Administração direta e indireta.</b>					
<b>9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</b>					
<b>9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.</b>					
<b>9.4.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.</b>					
<b>10 Controle da administração pública.</b>					



<b>10.1 Controle exercido pela administração pública.</b>					
<b>10.2 Controle judicial.</b>					
<b>10.3 Controle legislativo.</b>					
<b>10.4 Improbidade administrativa.</b>					
<b>10.4.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.</b>					
<b>11 Processo administrativo.</b>					
<b>11.1 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.</b>					
<b>12 Licitações e contratos administrativos.</b>					
<b>12.1 Legislação pertinente.</b>					
<b>12.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.</b>					
<b>12.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</b>					
<b>12.1.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).</b>					
<b>12.1.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).</b>					
<b>12.2 Fundamentos constitucionais.</b>					

# DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</b>					
<b>1.1 Princípios fundamentais.</b>					
<b>2 Aplicabilidade das normas constitucionais.</b>					
<b>2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.</b>					
<b>2.2 Normas programáticas.</b>					
<b>3 Direitos e garantias fundamentais.</b>					
<b>3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.</b>					
<b>4 Organização políticoadministrativa do Estado.</b>					
<b>4.1 Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.</b>					
<b>5 Administração Pública.</b>					
<b>5.1 Disposições gerais, servidores públicos.</b>					
<b>6 Poder Executivo.</b>					
<b>6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.</b>					
<b>7 Poder Legislativo.</b>					
<b>7.1 Estrutura.</b>					
<b>7.2 Funcionamento e atribuições.</b>					
<b>7.3 Processo legislativo.</b>					
<b>7.3.1 Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases.</b>					
<b>7.3.2 Processo legislativo estadual, distrital e municipal: Normas constitucionais federais aplicáveis.</b>					
<b>7.3.3 Processo legislativo na Lei Orgânica do Distrito Federal.</b>					
<b>7.3.4 Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e atos normativos federais e distritais.</b>					
<b>7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.</b>					
<b>7.5 Comissões parlamentares de inquérito.</b>					
<b>8 Poder Judiciário.</b>					
<b>8.1 Disposições gerais.</b>					
<b>8.2 Órgãos do poder judiciário.</b>					

<b>8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.</b>					
<b>8.2.1.1 Composição e competências.</b>					
<b>9 Funções essenciais à justiça.</b>					
<b>9.1 Ministério Público, Advocacia Pública.</b>					
<b>9.2 Advocacia Privada e Defensoria Pública.</b>					
<b>9.3 Conselho Nacional do Ministério Público.</b>					
<b>9.4 Procuradoria-Geral do Distrito Federal na Lei Orgânica e na respectiva legislação complementar.</b>					
<b>10 Controle de constitucionalidade.</b>					
<b>10.1 Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões.</b>					
<b>10.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão.</b>					
<b>10.3 Ação Declaratória de Constitucionalidade.</b>					
<b>10.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.</b>					
<b>10.5 Representação Interventiva.</b>					
<b>10.6 Incidente de arguição de inconstitucionalidade.</b>					
<b>10.7 Recurso Extraordinário.</b>					
<b>10.8 Súmula Vinculante.</b>					
<b>10.9 Reclamação Constitucional.</b>					
<b>10.10 Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos.</b>					
<b>10.11 Controle de constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal.</b>					

# DIREITO AMBIENTAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Direito ambiental constitucional.</b>					
<b>1.1 Meio ambiente como direito fundamental.</b>					
<b>1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental.</b>					
<b>1.3 Competências ambientais legislativa e material.</b>					
<b>1.4 Deveres ambientais.</b>					
<b>1.5 Instrumentos jurisdicionais.</b>					
<b>1.5.1 Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental.</b>					
<b>1.6 Função ambiental pública e privada.</b>					
<b>1.7 Função social da propriedade.</b>					
<b>1.8 Art. 225 da Constituição Federal de 1988.</b>					
<b>2 Conceito de meio ambiente e seus aspectos.</b>					
<b>2.1 Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.</b>					
<b>2.2 Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais.</b>					
<b>2.3 Conceito de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.</b>					
<b>2.4 Significado de direitos culturais.</b>					
<b>3 Princípios de direito ambiental.</b>					
<b>3.1 Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional.</b>					
<b>3.2 Princípios da tutela do patrimônio cultural.</b>					
<b>3.2.1 Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, prómonumento, valorização sustentável.</b>					
<b>4 Política Nacional de Meio Ambiente.</b>					
<b>4.1 Objetivos.</b>					
<b>4.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos).</b>					
<b>4.3 SISNAMA.</b>					
<b>4.3.1 Estrutura e funcionamento.</b>					

4.4 Lei nº 6.938/1981 e suas alterações.					
4.5 Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações.					
4.6 Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA).					
4.7 Resolução do CONAMA nº 237 (Licenciamento Ambiental).					
4.8 Resolução do CONAMA nº 378 (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional).					
5 Recursos hídricos.					
5.1 Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (instrumentos de gestão).					
5.2 Resolução do CNRH nº 16/2001 e suas alterações.					
5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).					
6 Recursos florestais.					
6.1 Lei nº 12.651/2012 e suas alterações.					
6.2 Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e 303/2002.					
6.3 Lei nº 11.284/2006 e suas alterações (Gestão de florestas públicas).					
6.3.1 Significado de gestão e de concessão florestal.					
7 Espaços territoriais especialmente protegidos.					
7.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal.					
7.2 Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (SNUC).					
7.2.1 Tipos de unidades, objetivos e categorias.					
8 Política urbana.					
8.1 Diretrizes, instrumentos e competência.					
8.2 Arts. 182 e 183 da Constituição Federal. 8.3 Lei nº 10.257/2001 e suas alterações.					
9 Responsabilidades.					
9.1 Efeito, impacto e dano ambiental.					
9.2 Poluição.					
9.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal.					
9.4 Tutela processual.					
9.4.1 STF, STJ e Tribunais de Justiça Estaduais.					
9.5 Papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente.					
9.6 Crimes ambientais.					
9.6.1 Espécies e sanções penais previstas.					

<b>9.7 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações.</b>					
<b>9.8 Decreto nº 6.514/2008 e suas alterações.</b>					

# DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.</b>					
<b>1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.</b>					
<b>1.2 Conflito das leis no tempo.</b>					
<b>1.3 Eficácia das leis no espaço.</b>					
<b>2 Pessoas naturais.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Início da pessoa natural.</b>					
<b>2.3 Personalidade.</b>					
<b>2.4 Capacidade.</b>					
<b>2.5 Direitos da personalidade.</b>					
<b>2.6 Domicílio.</b>					
<b>3 Pessoas jurídicas.</b>					
<b>3.1 Disposições Gerais.</b>					
<b>3.2 Constituição.</b>					
<b>3.3 Extinção.</b>					
<b>3.4 Sociedades de fato.</b>					
<b>3.5 Associações.</b>					
<b>3.6 Fundações.</b>					
<b>4 Bens imóveis, móveis e públicos.</b>					
<b>5 Fato jurídico.</b>					
<b>6 Negócio jurídico.</b>					
<b>6.1 Disposições gerais.</b>					
<b>6.2 Invalidez.</b>					
<b>7 Prescrição.</b>					
<b>7.1 Disposições gerais.</b>					
<b>8 Decadência.</b>					
<b>9 Obrigações.</b>					

<b>9.1 Características.</b>					
<b>9.2 Adimplemento pelo pagamento.</b>					
<b>9.3 Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.</b>					
<b>10 Contratos.</b>					
<b>10.1 Princípios.</b>					
<b>10.2 Contratos em geral.</b>					
<b>10.3 Disposições gerais.</b>					
<b>11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva.</b>					
<b>11.1 Obrigação de indenizar.</b>					
<b>11.2 Dano material.</b>					
<b>11.3 Dano moral.</b>					
<b>12 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações.</b>					
<b>12.1 Consumidor.</b>					
<b>12.2 Fornecedor.</b>					



## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).					
1.1 Normas processuais civis.					
1.2 Função jurisdicional.					
1.3 Ação.					
1.3.1 Conceito, natureza, elementos e características.					
1.3.2 Condições da ação.					
1.3.3 Classificação.					
1.4 Pressupostos processuais.					
1.5 Preclusão.					
1.6 Sujeitos do processo.					
1.6.1 Capacidade processual e postulatória. 1.6.2 Deveres das partes e procuradores.					
1.6.3 Procuradores.					
1.6.4 Sucessão das partes e dos procuradores.					
1.7 Litisconsórcio.					
1.8 Intervenção de terceiros.					
1.9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.					
1.10 Ministério Público.					
1.11 Advocacia Pública.					
1.12 Defensoria Pública.					
1.13 Atos processuais.					
1.13.1 Forma dos atos.					
1.13.2 Tempo e lugar.					
1.13.3 Prazos.					
1.13.4 Comunicação dos atos processuais.					
1.13.5 Nulidades.					
1.13.6 Distribuição e registro.					
1.13.7 Valor da causa.					

<b>1.14 Tutela provisória.</b>					
<b>1.14.1 Tutela de urgência.</b>					
<b>1.14.2 Disposições gerais.</b>					
<b>1.15 Formação, suspensão e extinção do processo.</b>					
<b>1.16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.</b>					
<b>1.16.1 Procedimento comum.</b>					
<b>1.16.2 Disposições Gerais.</b>					
<b>1.16.3 Petição inicial.</b>					
<b>1.16.4 Improcedência liminar do pedido.</b>					
<b>1.16.5 Audiência de conciliação ou de mediação.</b>					
<b>1.16.6 Contestação, reconvenção e revelia.</b>					
<b>1.16.7 Audiência de instrução e julgamento.</b>					
<b>1.16.8 Providências preliminares e do saneamento.</b>					
<b>1.16.9 Julgamento conforme o estado do processo.</b>					
<b>1.16.10 Provas.</b>					
<b>1.16.11 Sentença e coisa julgada.</b>					
<b>1.16.12 Cumprimento da sentença.</b>					
<b>1.16.13 Disposições Gerais.</b>					
<b>1.16.14 Cumprimento.</b>					
<b>1.16.15 Liquidação.</b>					
<b>1.17 Procedimentos Especiais.</b>					
<b>1.18 Procedimentos de jurisdição voluntária.</b>					
<b>1.19 Processos de execução.</b>					
<b>1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.</b>					
<b>1.21 Livro Complementar.</b>					
<b>1.21.1 Disposições finais e transitórias.</b>					
<b>2 Mandado de segurança.</b>					
<b>3 Ação popular.</b>					
<b>4 Ação civil pública.</b>					
<b>5 Ação de improbidade administrativa.</b>					
<b>6 Reclamação constitucional.</b>					

<b>7 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).</b>					
<b>7.1 Procedimentos.</b>					
<b>8 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).</b>					
<b>9 Assunção de competência (IAC).</b>					
<b>10 Recursos.</b>					
<b>11 Precedentes vinculantes.</b>					
<b>12 Controle de constitucionalidade.</b>					
<b>13 Ação rescisória.</b>					
<b>14 Juizados especiais da fazenda pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</b>					

## DIREITO DO TRABALHO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios e fontes do direito do trabalho.					
2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).					
3 Relação de trabalho e relação de emprego.					
3.1 Requisitos e distinção.					
3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso).					
4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu.					
4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização).					
4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.					
5 Grupo econômico.					
5.1 Sucessão de empregadores.					
5.2 Responsabilidade solidária.					
6 Contrato individual de trabalho.					
6.1 Conceito, classificação e características.					
7 Alteração do contrato de trabalho.					
7.1 Alteração unilateral e bilateral.					
7.2 O jus variandi.					
8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.					
8.1 Caracterização e distinção.					
9 Rescisão do contrato de trabalho.					
9.1 Justa causa.					
9.2 Rescisão indireta.					
9.3 Dispensa arbitrária.					
9.4 Culpa recíproca.					
9.5 Indenização.					
10 Aviso prévio.					

<b>11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego.</b>					
<b>11.1 Formas de estabilidade.</b>					
<b>11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.</b>					
<b>12 Duração do trabalho.</b>					
<b>12.1 Jornada de trabalho.</b>					
<b>12.2 Períodos de descanso.</b>					
<b>12.3 Intervalo para repouso e alimentação.</b>					
<b>12.4 Descanso semanal remunerado.</b>					
<b>12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário.</b>					
<b>12.6 Sistema de compensação de horas.</b>					
<b>13 Salário-mínimo.</b>					
<b>13.1 Irredutibilidade e garantia.</b>					
<b>14 Férias.</b>					
<b>14.1 Direito a férias e sua duração.</b>					
<b>14.2 Concessão e época das férias.</b>					
<b>14.3 Remuneração e abono de férias.</b>					
<b>15 Salário e remuneração.</b>					
<b>15.1 Conceito e distinções.</b>					
<b>15.2 Composição do salário.</b>					
<b>15.3 Modalidades de salário.</b>					
<b>15.4 Formas e meios de pagamento do salário.</b>					
<b>15.5 13º salário.</b>					
<b>16 Equiparação salarial.</b>					
<b>16.1 Princípio da igualdade de salário.</b>					
<b>16.2 Desvio de função.</b>					
<b>17 FGTS.</b>					
<b>18 Prescrição e decadência.</b>					
<b>19 Segurança e medicina no trabalho.</b>					
<b>19.1 CIPA.</b>					
<b>19.2 Atividades insalubres ou perigosas.</b>					
<b>20 Proteção ao trabalho do menor.</b>					

<b>21 Proteção ao trabalho da mulher.</b>					
<b>21.1 Estabilidade da gestante.</b>					
<b>21.2 Licença maternidade.</b>					
<b>22 Direito coletivo do trabalho.</b>					
<b>22.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho.</b>					
<b>23 Direito de greve e serviços essenciais.</b>					
<b>24 Comissões de conciliação prévia.</b>					

## DIREITO PROCESSUAL DE TRABALHO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Procedimentos nos dissídios individuais.</b>					
<b>1.1 Reclamação.</b>					
<b>1.2 Jus postulandi.</b>					
<b>1.3 Revelia.</b>					
<b>1.4 Exceções.</b>					
<b>1.5 Contestação.</b>					
<b>1.6 Reconvenção.</b>					
<b>1.7 Partes e procuradores.</b>					
<b>1.8 Audiência.</b>					
<b>1.9 Conciliação.</b>					
<b>1.10 Instrução e julgamento.</b>					
<b>1.11 Justiça gratuita.</b>					
<b>2 Provas no processo do trabalho.</b>					
<b>3 Recursos no processo do trabalho.</b>					
<b>3.1 Disposições gerais.</b>					
<b>3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo.</b>					
<b>3.1.2 Recursos no processo de cognição.</b>					
<b>3.1.3 Recursos no processo de execução.</b>					
<b>4 Processos de execução.</b>					
<b>4.1 Liquidação.</b>					
<b>4.2 Modalidades da execução.</b>					
<b>4.3 Embargos do executado - impugnação do exequente.</b>					
<b>5 Prescrição e decadência no processo do trabalho.</b>					
<b>6 Competência da Justiça do Trabalho.</b>					
<b>7 Rito sumaríssimo no dissídio individual.</b>					

<b>8 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.</b>					
<b>9 Ação rescisória no processo do trabalho.</b>					
<b>10 Mandado de segurança.</b>					
<b>10.1 Cabimento no processo do trabalho.</b>					
<b>11 Dissídios coletivos.</b>					



## NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios básicos.					
2 Aplicação da lei penal.					
2.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
2.2 Tempo e lugar do crime.					
2.3 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.					
3 O fato típico e seus elementos.					
3.1 Crime consumado e tentado.					
3.2 Ilícitude e causas de exclusão.					
3.3 Excesso punível.					
4 Crimes contra a fé pública.					
5 Crimes contra a Administração Pública.					
6 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).					
7 Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (crimes contra o meio ambiente).					
8 Processo Penal Brasileiro. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
8.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
9 Fase Pré-Processual.					
9.1 Inquérito policial.					
10 Prova.					
11 Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória.					
12 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.					

## DIREITO EMPRESARIAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Fundamentos do direito empresarial.</b>					
<b>1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características.</b>					
<b>1.2 Teoria da empresa.</b>					
<b>1.3 Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário.</b>					
<b>1.4 Lei Complementar nº 123/2006 (microempresa e empresa de pequeno porte).</b>					
<b>1.5 Prepostos do empresário.</b>					
<b>1.6 Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração.</b>					
<b>2 Registro de empresa.</b>					
<b>2.1 Órgãos de registro de empresa.</b>					
<b>2.2 Atos de registro de empresa.</b>					
<b>2.3 Processo decisório do registro de empresa.</b>					
<b>2.4 Inatividade da empresa.</b>					
<b>2.5 Empresário irregular.</b>					
<b>2.6 Lei nº 8.934/1994 e suas alterações.</b>					
<b>3 Propriedade industrial.</b>					
<b>3.1 Lei nº 9.279/1996.</b>					
<b>3.2 O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).</b>					
<b>3.3 Propriedade industrial e direitos autorais.</b>					
<b>3.4 Patentes.</b>					
<b>3.5 Desenho industrial.</b>					
<b>3.6 Marca: espécies.</b>					
<b>3.7 Procedimento de registro.</b>					
<b>3.8 Indicações geográficas.</b>					
<b>4 Direito societário.</b>					
<b>4.1 Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo.</b>					
<b>4.2 Sociedades simples e empresárias.</b>					

<b>4.3 Personalização da sociedade empresária.</b>					
<b>4.4 Classificação das sociedades empresárias.</b>					
<b>4.5 Sociedade irregular.</b>					
<b>4.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.</b>					
<b>4.7 Desconsideração inversa.</b>					
<b>4.8 Regime jurídico dos sócios.</b>					
<b>4.9 Sociedade limitada.</b>					
<b>4.10 Sociedade anônima.</b>					
<b>4.11 Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.</b>					
<b>4.12 Sociedade em nome coletivo.</b>					
<b>4.13 Sociedade em comandita simples.</b>					
<b>4.14 Sociedade em comandita por ações.</b>					
<b>4.15 Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão.</b>					
<b>4.16 Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico.</b>					
<b>4.17 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.</b>					
<b>4.18 Concentração empresarial e defesa da livre concorrência.</b>					
<b>5 Direito falimentar.</b>					
<b>5.1 Lei nº 11.101/2005.</b>					
<b>5.2 Falência e recuperação de empresas (Lei nº 11.101/2005).</b>					
<b>5.3 Recuperação judicial e extrajudicial.</b>					
<b>5.4 Aprovação do plano de recuperação judicial. 5.5 Classificação de créditos e tratamento aplicável ao crédito tributário.</b>					
<b>5.6 Principais atribuições da assembleia geral de credores, do administrador judicial e do comitê de credores.</b>					
<b>5.7 Hipóteses de decretação de falência.</b>					
<b>5.8 Efeitos da falência quanto à pessoa do falido, quanto às obrigações do falido, quanto aos contratos e quanto aos bens do falido.</b>					
<b>5.9 Arrecadação.</b>					
<b>5.10 Ação de responsabilidade.</b>					
<b>5.11 Pedido de Restituição.</b>					

<b>5.12 Embargos de Terceiro.</b>					
<b>5.13 Realização do ativo.</b>					
<b>5.14 Pagamento do passivo.</b>					
<b>5.15 Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.</b>					

## DIREITO FINANCEIRO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Direito financeiro.</b>					
<b>1.1 Conceito e objeto.</b>					
<b>1.2 O Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.</b>					
<b>1.2.1 Normas gerais e orçamento.</b>					
<b>2 Despesa pública.</b>					
<b>2.1 Conceito e classificação de despesa pública.</b>					
<b>2.2 Disciplina constitucional dos precatórios.</b>					
<b>3 Receita pública.</b>					
<b>3.1 Conceito.</b>					
<b>3.1.1 Ingresso e receitas.</b>					
<b>3.2 Classificação das receitas públicas.</b>					
<b>4 Dívida pública: conceito; evolução; classificação; disciplina jurídica e processamento.</b>					
<b>5 Orçamento público.</b>					
<b>5.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.</b>					
<b>5.2 Princípios orçamentários.</b>					
<b>6 Fiscalização e controle orçamentário.</b>					
<b>7 Normas gerais de Direito Financeiro.</b>					
<b>8 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.</b>					
<b>9 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).</b>					

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Seguridade social.					
1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.					
2 Custeio da seguridade social.					
2.1 Receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição.					
3 Regime geral de previdência social.					
3.1 Segurados e dependentes.					
3.2 Filiação e inscrição.					
3.3 Carência.					
3.4 Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas.					
3.5 Salário-de-benefício.					
3.6 Renda mensal inicial.					
3.7 Reajustamento e revisão.					
3.8 Prescrição e decadência.					
3.9 Acumulação de benefícios.					
3.10 Justificação.					
3.11 Ações judiciais em matéria previdenciária.					
3.12 Acidente de trabalho.					
4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos.					
5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.					
6 Previdência complementar.					
7 Leis Complementares Distritais nº 769/2008 e nº 932/2017.					

# DIREITO TRIBUTÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Tributo: conceito e classificação.					
2 Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal: princípios gerais; limitações ao poder de tributar; tributos de competência da União; tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal; tributos de competência dos Municípios; repartição das receitas tributárias.					
3 Obrigação tributária principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária; sujeição ativa e passiva; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.					
4 Responsabilidade tributária: conceitos; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.					
5 Interpretação e integração das leis tributárias.					
6 Fato gerador: conceito e características essenciais.					
7 Norma geral antielisão.					
8 Tarifa e preço público. Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, art. 21, § 4º e § 4º-A.					
9 Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.					
10 Prescrição e decadência.					
11 Garantias e privilégios de crédito tributário.					
12 Administração tributária.					
12.1 incidência e não incidência.					
12.2 Representação fiscal para fins penais.					
12.3 Fases do processo fiscal no Distrito Federal (Lei Distrital nº 4.567/2011).					
12.4 Lei Complementar nº 904/2015.					
13 Imunidade, isenção e anistia.					
14 Dívida ativa.					
15 Certidões Negativas.					
16 Processo judicial tributário.					
16.1 Ação de execução fiscal e embargos à execução.					

<b>16.2 Lei nº 6.830/1980 (execução fiscal).</b>					
<b>16.3 Lei nº 8.397/1992 e suas alterações (Ação cautelar fiscal).</b>					
<b>16.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária.</b>					
<b>16.5 Ação anulatória de débito fiscal.</b>					
<b>16.6 Mandado de segurança.</b>					
<b>16.7 Ação de repetição de indébito.</b>					
<b>16.8 Ação de consignação em pagamento.</b>					
<b>16.9 Ações de controle de constitucionalidade.</b>					
<b>16.10 Ação civil pública.</b>					
<b>16.11 Ação popular.</b>					
<b>16.12 Ação rescisória.</b>					



## DIREITO URBANÍSTICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Constituição Federal.</b>					
<b>1.1 Ordenamento Territorial.</b>					
<b>1.2 Competências Urbanísticas.</b>					
<b>1.3 Normas gerais.</b>					
<b>1.4 Lei Orgânica do Distrito Federal.</b>					
<b>1.5 Município.</b>					
<b>1.6 Política Urbana. Plano diretor, planos locais de desenvolvimento, Lei Complementar Distrital nº 948/2019 (Lei de Uso e Ocupação do Solo). Função social da propriedade urbana.</b>					
<b>1.7 Regiões Metropolitanas. Aglomerados Urbanos. Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE). Conselho de Planejamento Urbano e Territorial do Distrito Federal (CONPLAN).</b>					
<b>2 Direito Urbanístico. Direito à Cidade.</b>					
<b>2.1 Autonomia científica.</b>					
<b>2.2 Princípios.</b>					
<b>2.3 Direito de construir e Direito de Propriedade.</b>					
<b>2.4 Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.</b>					
<b>2.5 Poder de polícia urbanístico.</b>					
<b>2.6 Ordenação. Uso e ocupação solo urbano.</b>					
<b>2.7 Licenças urbanísticas.</b>					
<b>2.8 Responsabilidade administrativa. Infrações e Sanções administrativas.</b>					
<b>2.9 Responsabilidade civil e penal.</b>					
<b>3 Direito à moradia.</b>					
<b>3.1 Regularização Fundiária de Interesse Social. Lei nº 11.977/2009 e suas alterações; Lei nº 12.424/2011; Medida Provisória nº 2.220/2001 e suas alterações.</b>					
<b>3.2 Direito registral imobiliário.</b>					
<b>4 Parcelamento do solo urbano.</b>					

<b>4.1 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações.</b>					
<b>4.2 Regularização fundiária urbanística.</b>					
<b>4.3 Área de Preservação Permanente (APP) urbana.</b>					
<b>5 Estatuto da Cidade.</b>					
<b>5.1 Norma geral.</b>					
<b>5.2 Objetivos.</b>					
<b>5.3 Diretrizes.</b>					
<b>5.4 Instrumentos.</b>					
<b>5.5 Gestão Democrática das Cidades.</b>					
<b>5.6 Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor.</b>					
<b>5.7 Disposições Gerais.</b>					
<b>6 Concessão urbanística.</b>					
<b>6.1 Conceito.</b>					
<b>6.2 Natureza jurídica.</b>					
<b>6.3 Disciplina.</b>					
<b>7 Desapropriação.</b>					
<b>7.1 Conceito.</b>					
<b>7.2 Aplicações.</b>					
<b>7.3 Justa indenização.</b>					
<b>7.4 Recuperação das mais-valias urbanísticas.</b>					
<b>7.5 Processo. Procedimento. Judicial e administrativo.</b>					
<b>8 Proteção do Patrimônio Cultural.</b>					
<b>8.1 Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais.</b>					
<b>8.2 Competências.</b>					
<b>8.3 Tombamento.</b>					
<b>8.4 Registro.</b>					
<b>8.5 Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural.</b>					
<b>8.6 Função social da propriedade pública.</b>					
<b>9 Tutela da Ordem Jurídico- Urbanística.</b>					
<b>9.1 Ação civil pública.</b>					
<b>9.2 Ação popular.</b>					

<b>9.3 Ações reais.</b>					
<b>9.4 Ações possessórias.</b>					
<b>9.5 Mecanismos extrajudiciais de conflito.</b>					
<b>9.6 Termo de Compromisso.</b>					
<b>9.7 Termo de Ajustamento de Conduta.</b>					
<b>9.8 Audiências públicas.</b>					